

Relatório de Avaliação Anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

2024

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	3
2. METODOLOGIA	3
3. AVALIAÇÃO ANUAL	4
4. CONCLUSÃO	5
5. DISPOSIÇÕES FINAIS	5

1. ENQUADRAMENTO

Na sequência da aprovação da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, foi publicado, no dia 9 de dezembro de 2021, o Decreto-lei n.º 109-E/2021, que criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e aprovou o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (doravante RGPC).

O RGPC vem estabelecer a obrigação de adoção de um Programa de Cumprimento Normativo, o qual deve conter, pelo menos, os seguintes instrumentos:

- ✓ Um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, doravante PPR;
- ✓ Um Código de Conduta;
- ✓ Um programa de formação;
- ✓ Um canal de denúncias, e
- ✓ A designação de um Responsável pelo Cumprimento Normativo.

Tendo como objetivo responder ao previsto no RGPC, nos seus artigos 5º e 6º, o Grupo CUF formalizou e divulgou o PPR no 4º trimestre de 2023, o qual reflete, para os principais processos suscetíveis de envolver a ocorrência de fenómenos desta natureza, os riscos identificados e as medidas de controlo implementadas.

O presente Relatório de Avaliação Anual, relativo ao ano de 2024, visa dar cumprimento à obrigação prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 6º, de controlo da execução do PPR.

2. METODOLOGIA

O processo adotado na avaliação da execução e eficácia do PPR consistiu na recolha e análise de informação sobre o cumprimento dos critérios indicados - execução e eficácia.

Para o efeito, e partindo de cada uma das matrizes de risco que integram o PPR, os responsáveis do risco foram inquiridos sobre a implementação das medidas de mitigação identificadas e a sua perceção da respetiva eficácia, tendo em consideração eventuais manifestações dos riscos no período em análise.

Foi ainda solicitada a reavaliação do nível residual de cada risco.

3. AVALIAÇÃO ANUAL

3.1 Formação e sensibilização

Em 2024, voltou a integrar o plano de formação de carácter obrigatório a formação “Políticas Internas do Código de Conduta”. Acumulado a 31.12.2024, 74% dos colaboradores ativos tinham concluído com sucesso a formação.

Foi igualmente dada continuidade à campanha de sensibilização dos colaboradores para a prevenção de riscos de corrupção, com a partilha de boas práticas em áreas como a atribuição de donativos e a aceitação/atribuição de ofertas.

3.2 Auditoria

Como complemento ao processo de monitorização, os riscos e respetivas medidas incluídas no PPR são considerados no planeamento anual de auditoria, podendo ser integradas de forma autónoma ou em conexão com os processos nos quais são suscetíveis de ocorrer.

3.3 Recomendação n.º 7/2024, Mecanismo Nacional Anticorrupção

Em cumprimento da citada recomendação, o Responsável pelo Cumprimento Normativo CUF comunicou mensalmente, ao Mecanismo Nacional Anticorrupção, o quadro de acompanhamento dos instrumentos do RGPC.

Com a entrada em funcionamento da plataforma RGPC, estas comunicações passaram a ser realizadas por este meio.

3.4 Execução das medidas de mitigação de riscos

Regista-se a implementação generalizada das medidas de mitigação elencadas no PPR, registando-se, contudo, como oportunidade de melhoria a formalização de algumas decisões/ reuniões realizadas.

Resultou igualmente da avaliação, a manutenção da avaliação de risco apresentada no PPR. Assim, considerando o binómio “Processo/Área - Descrição do risco”, 94% dos riscos residuais são baixos, tendo o risco residual máximo apurado correspondido a um nível médio.

4. CONCLUSÃO

Atento o supra exposto, concluímos que:

- A CUF não identificou, ao longo do período em causa, atos de corrupção ou infrações conexas;
- As medidas de mitigação adotadas encontram-se implementadas;
- A avaliação do nível residual dos riscos identificados e constantes no PPR mantém-se válida;
- A CUF definiu e publicou no sistema de gestão documental interno um conjunto de políticas e instrumentos internos orientados nomeadamente para a prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, como:
 - Código de Conduta
 - Política Anticorrupção
 - Política sobre Ofertas
 - Canal de denúncias
 - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- A CUF promove a formação e sensibilização dos seus colaboradores na temática em apreço.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

É assegurada a divulgação do presente Relatório de Avaliação Anual aos colaboradores do Grupo, através da intranet e da página oficial da CUF na Internet, no prazo de 10 dias contados da sua elaboração.